

## Oferta e Desenvolvimento de Estágio para a Educação Profissional na Área de Ciências Agrárias no SINTRAF-Serrinha: Princípios e Diretrizes

### Offer and Development of Internship for Professional Education in the Area of Agricultural Sciences at SINTRAF-Serrinha: Principles and Guidelines

Lucineide de Araujo Silva<sup>\*a</sup>; Carlos Alex de Cantuária Cypriano<sup>a</sup>; Heron Ferreira Souza<sup>b</sup>

<sup>a</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica. BA, Brasil.

<sup>b</sup>Instituto Federal Baiano, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica. BA, Brasil.

\*E-mail: [lulu\\_uneb@yahoo.com.br](mailto:lulu_uneb@yahoo.com.br).

---

#### Resumo

Buscando contribuir com a luta por um projeto educativo e formativo para os trabalhadores do campo e entendendo que a valorização e sistematização de experiência concreta dos trabalhadores associados são pressupostos que orientam a organização dos espaços pedagógicos da Educação do Campo, o artigo apresenta os princípios e diretrizes do estágio na área de Ciências Agrárias ofertado pelo SINTRAF-Serrinha, resultantes de um processo de sistematização da experiência, realizado com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha. Trata-se do Produto Educacional da pesquisa de mestrado intitulada: “O estágio supervisionado na Educação Profissional Tecnológica: a experiência do SINTRAF-Serrinha”. Os recursos utilizados foram rodas de conversas com diretores da Instituição Sindical responsáveis direto ou indiretamente com a oferta e desenvolvimento de estágio na organização, e a análise de relatórios de conclusão de estágio. No processo de sistematização foram estabelecidos os quatro princípios educativos e formativos do estágio na área de Ciências Agrárias no SINTRAF-Serrinha: Princípio da Vida; Princípio Educativo do Trabalho; Princípio da Transformação Social; Princípio da Dialogicidade. O documento-base que apresenta a síntese desses princípios e diretrizes se constitui no produto da sistematização. O processo de sistematização possibilitou dialogar acerca do projeto educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha, propondo uma articulação entre desenvolvimento do campo, formação do trabalhador e luta social.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Ensino. Formação do Trabalhador. Luta Social.

#### Abstract

*Seeking to contribute to the struggle for an educational and training project for rural workers and understanding that the appreciation and systematization of the concrete experience of associated workers are assumptions that guide the organization of the pedagogical spaces of Rural Education, the article presents the principles and guidelines of the internship in the area of Agricultural Sciences offered by SINTRAF-Serrinha, resulting from a process of systematization of the experience, carried out with the Union of Rural Workers and Family Farmers of Serrinha. This is the Educational Product of the master's research entitled: "The supervised internship in Technological Professional Education: the experience of SINTRAF-Serrinha". The resources used were conversation circles with directors of the Union Institution directly or indirectly responsible for offering and developing internships in the organization, and the analysis of internship completion reports. In the systematization process, the four educational and formative principles of the internship in the area of Agrarian Sciences at SINTRAF-Serrinha were established: Principle of Life; Educational Principle of Work; Principle of Social Transformation; Principle of Dialogicity. The base document that presents the synthesis of these principles and guidelines constitutes the product of the systematization. The systematization process made it possible to dialogue about the educational and training project of SINTRAF-Serrinha, proposing an articulation between rural development, worker training and social struggle.*

**Keywords:** Rural Education. Teaching. Worker Training. Social Struggle.

---

## 1 Introdução

O estágio no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha) consiste em uma prática educativa desenvolvida a partir da vivência concreta do trabalho no contexto da agricultura familiar, buscando articular realidade, saberes, conhecimentos e (inter)subjetividades. Assim, pensar em processos de construção do conhecimento no contexto da agricultura familiar requer refletir acerca da diversidade de formas particulares que a atividade dos agricultores familiares assume a partir do espaço/tempo em que estão inseridos.

É preciso compreender como se dá a relação histórica com a agricultura e com a terra, as relações de trabalho e os fatores ecológicos e socioeconômicos, uma vez que a agricultura familiar envolve uma complexidade de grupos sociais constituídos a partir da posse da terra, de uma base familiar de produção e do pertencimento ao espaço rural.

Trata-se de um grupo social capaz de garantir a produção de alimentos, assegurando a soberania alimentar e nutricional; de constituir espaço de sociabilidade a partir de uma diversidade histórico-cultural; e de apresentar estratégias autônomas de produção a partir da construção de laços de reciprocidade, cooperação, novas relações com a natureza,

sistemas ecológicos de manejo entre outros elementos que integram a heterogeneidades da agricultora familiar em cada território que compõe o país (PLOEG, 2008; WANDERLEY, 2009).

A formulação de princípios e diretrizes para o estágio no SINTRAF-Serrinha consiste em parte do produto educacional da pesquisa de mestrado intitulada “O Estágio Supervisionado na Educação Profissional Tecnológica: a experiência do SINTRAF-Serrinha”, desenvolvida pelos seus autores no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

O PROFEPT é um programa de pós-graduação da área de ensino que requer o desenvolvimento de um PE que contribua para melhorar os processos de ensino, seja direcionado para o contexto da sala de aula ou para outros espaços educativos (PASQUALLI; VIEIRA; CASTAMAN, 2018). Assim, a pesquisa incidiu na sistematização da experiência do SINTRAF-Serrinha com a oferta e desenvolvimento de estágio na área de Ciências Agrárias, de modo que o PE consiste no produto de comunicação do processo de sistematização.

O PE, intitulado, “Sistematização de experiência do SINTRAF-Serrinha: a oferta e desenvolvimento de estágio”, foi estruturado em duas partes: a primeira parte contempla a síntese do percurso de sistematização, apresenta o caminho metodológico e as principais reflexões que orientaram o processo; e a segunda parte apresenta os princípios e diretrizes orientadoras da prática de estágio no SINTRAF-Serrinha.

Assim, a formulação dos princípios e diretrizes é resultado da percepção coletiva dos representantes do SINTRAF-Serrinha ao refletir sobre a prática, tencionando (re)significar os processos pedagógicos e o tempo/espaço formativo com o estágio. Em conformidade com Aguiar e colaboradores, compreende-se que princípios e diretrizes consistem em um “conjunto de orientações e valores abrangentes, fundamentais, definidores e norteadores do rumo a seguir para se colocar em prática um determinado fim” (AGUIAR et al., 2016, p.5).

Contudo, é importante ressaltar que qualquer elaboração teórico-metodológica delineada tem como referências teórico-práticas a concepção de educação construída e defendida pelos movimentos sociais do campo. Ou seja, está ancorada na concepção da Educação do Campo que é produto do movimento composto por sujeitos coletivos do campo que lutam pela integração dos pressupostos da educação ao trabalho e ao modo de vida camponês, considerando as singularidades que compõem

a identidade social e cultural dos povos do campo (GREGORIO; BIANCONI, 2023).

A matriz formativa da Educação do Campo é a do desenvolvimento integral/omnilateral do ser humano o que inclui a dimensão produtiva, cognitiva, organizativa, política e cultural. O trabalho é o eixo central da organização curricular e deve estar associado ao mundo do trabalho e não ao mercado do trabalho, combinado com outras questões ou temas da atualidade, em especial às questões e temáticas do campo; contempla a construção de um conhecimento vivo, relacionando-o ao mundo da cultura, da tecnologia e das lutas sociais (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO, 2010).

A dimensão da Educação Profissional do Campo também vem sendo formulada a partir dessa concepção. Está inserida no plano da formação humana, a partir de uma perspectiva de educação politécnica, onde o trabalhador se aproprie dos fundamentos teóricos e prático do seu trabalho, e de um processo de afirmação da agricultura camponesa sustentável em contraposição ao agronegócio e suas formas hegemônicas de produção (CALDART, 2017; NASCIMENTO SOBRINHO; SOUSA; SCALABRIN, 2019). A defesa é de uma matriz científica-tecnológica para o trabalho no campo de base agroecológica e da construção de um projeto sociopolítico de inclusão e desenvolvimento territorial.

A partir desta perspectiva, os quatro princípios orientadores do processo educativo e formativo de estágio no SINTRAF-Serrinha, estabelecidos a partir das reflexões críticas promovidas no processo de sistematização e da proposição de educação defendida pelo grupo, são: os princípios da vida; princípio educativo do trabalho; princípio da transformação social; e o princípio da dialogicidade.

Deste modo, o artigo tem como objetivo apresentar os princípios e diretrizes do estágio na área de Ciências Agrárias ofertado pelo SINTRAF-Serrinha, resultantes do processo de sistematização da experiência, realizado com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha.

## 2 Material e Métodos

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, usando a sistematização de experiências como método de investigação. Este método permitiu a autorreflexão dos representantes sindicais envolvidos com oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha, possibilitando compreender os processos que sustentam a experiência e extrair e compartilhar ensinamentos que contribuíram para ressignificá-la (JARA-HOLLIDAY, 2006).

O processo de sistematização seguiu as cinco etapas (Figura 1) propostas por Jara-Holliday (2006, 2018): partir da própria prática; problematização e delimitação da experiência; ordenar e articular os diferentes elementos da experiência; interpretação crítica do processo vivido; dimensão comunicativa da sistematização.

**Figura 1** – Processo de sistematização de experiência no SINTRAF Serrinha



Fonte: baseado em Jara-Jolliday (2006, 2018).

Conforme ilustrado na Figura 1, os recursos utilizados foram quatro rodas de conversa com diretores da organização Sindical responsáveis direta ou indiretamente com a oferta e desenvolvimento da atividade de estágio e com o técnico de ATER contratado pelo sindicato para acompanhar os agricultores familiares associados, supervisor de estágio na organização. Além disso, dados complementares foram obtidos por meio da análise de Relatórios de Conclusão de Estágio.

A sistematização de experiência foi mediada pela mestrandia que organizou três encontros com os representantes do SINTRAF-Serrinha para reconstrução e reflexão crítica acerca da prática de estágio. A síntese dos princípios e diretrizes que direcionam o processo de estágio na organização sindical foi construída através da análise do material das discussões. Em seguida, foi realizado o último encontro com os participantes para a apresentação e validação do produto da sistematização.

Para dar conta da análise de dados, o recurso metodológico adotado é a análise de conteúdo. Configura-se no conjunto de técnicas que possibilita ao pesquisador analisar conteúdo a partir de uma perspectiva qualitativa, fazendo inferências com base na descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para caminhar no sentido de compreender o que está por trás dos conteúdos manifestados (GOMES, 2007).

A técnica de análise de dados contemplou o seguinte movimento: pré-análise; exploração do material; tratamento e interpretação dos resultados (GOMES, 2007). Na pré-análise, foi realizada uma leitura fluante do material coletado no processo de sistematização de experiência que resultou no inventário de palavras ou frases retiradas das conversações para buscar identificar sentidos e intencionalidades educativas e formativas do processo de oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha.

Na segunda etapa da análise, para melhor direcioná-la, a exploração do material foi realizada através da leitura detalhada do conjunto de dados e do recorte dos

textos com as palavras ou frases que determinaram os pré- indicadores, onde com base em parâmetros de similaridade e complementaridade, foi realizada a aglutinação desses pré- indicadores.

O tratamento e interpretação dos resultados é a última etapa e consistiu na atribuição de sentidos e significados da experiência com a oferta e desenvolvimento do estágio atribuídos pelos participantes da pesquisa a partir da realidade que atuam, resultando nos indicadores. Para a formulação desses indicadores foi realizada uma análise comparativa dos diversos pré- indicadores a partir dos aspectos considerados semelhantes e daqueles concebidos como diferentes e de um “conjunto de elementos teóricos e práticos que se inter cruzam” (JARA-HOLLIDAY, 2006, p.17).

Em síntese, os sentidos e significados atribuídos pelos participantes da pesquisa à oferta e desenvolvimento do estágio explicitados pelo processo de análise de conteúdo apoiado por um contexto teórico relativo à práxis produtiva e política do campo, bem como seus princípios pedagógicos, permitiu estabelecer os indicadores que se constituem nos princípios e diretrizes do processo formativo do estágio supervisionado na área de Ciências Agrárias do SINTRAF-Serrinha (Quadro 1).

**Quadro 1** - Síntese dos indicadores e pré- indicadores elaborados a partir da análise dos dados da sistematização de experiência com a oferta e desenvolvimento de estágio do SINTRAF-Serrinha

Princípio da Vida	Proteção à vida; Vínculo com a Terra; Identidade Camponesa; Práticas agroecológicas; Manejo da diversidade.
Princípio Educativo do Trabalho	Agricultura familiar e ATER; Formação no/pelo trabalho; Práxis; Autoeducação; Teoria e prática; Saberes profissionais; Educação politécnica.
Princípio da Transformação Social	Diversidade; Autonomia; Auto-organização; Autogestão; Educador social Formação sociopolítica; Território de resistência; Reflexão-ação.

Princípio da Dialogicidade	Diálogo problematizador; Diálogo de saberes; Troca de experiência;
	Relações horizontais; Redes colaborativas de aprendizagem; Ação coletiva;
	Metodologias participativas.

Fonte: dados da pesquisa.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFBA por meio do parecer consubstanciado número 4.742207.

### 3 Resultados e Discussão

#### 3.1 Princípios e Diretrizes do Processo Educativo e Formativo do Estágio na Área de Ciências Agrárias no SINTRAF-Serrinha

Os princípios e diretrizes do processo educativo e formativo estabelecidos por meio do processo de sistematização estão amparados teoricamente pelas concepções da Educação do Campo (CALDART, 2017), Educação Profissional do Campo (CALDART, 2010a; SANTOS; MUTIM; SOUZA, 2021), Educação dialógica e transformadora (FREIRE, 1983, 2021a) e Educação em Agroecologia (AGUIAR et al., 2016; Ribeiro, 2017).

São referências teóricas que fornecem elementos estruturantes para compreender a educação como dimensão da formação humana, pautada em processos educativos com centralidade no trabalho, em referências sociopolíticas e nas “territorialidades de resistência” (SOUZA; SANTOS; MUTIN, 2021).

Para os autores acima citados é preciso:

Entender o processo formativo dos sujeitos e a produção do conhecimento numa perspectiva relacional e situada com o território de vida, onde se dão as formas de trabalho, as relações com a natureza e a produção de saberes locais, onde pulsa a cultura, a política, as lutas pela mudança social e resistências (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p.214).

Nesse sentido, as formas de viver, produzir e resistir são práticas sociopolíticas formativas que estão associadas à práxis educativa do SINTRAF-Serrinha, conforme foi evidenciada no processo de sistematização de experiências e (re)afirmados pelos princípios e diretrizes elaborados com os participantes ao longo do processo.

##### 3.1.1 Princípio da vida

O princípio da vida é o princípio que “prima pela proteção da vida” (SOUSA et al., 2021, p.362), tem centralidade nas questões agroecológicas e na agricultura enquanto elemento central da formação para o trabalho no campo (CALDART, 2010a). E esse princípio e o conjunto de suas diretrizes estabelecem como base do processo formativo o compromisso com a saúde da terra e das pessoas, compreendendo-o de forma integrada e interdependente (TAFURI; GONÇALVES JUNIOR, 2022).

Trata-se de um processo formativo pautado na valorização da diversidade e da cultura popular; nas formas de produção material e imaterial da vida; na proteção da biodiversidade; o fortalecimento da identidade camponesa, entre outras formas de expressão da vida e de respeito pela relação entre ser humano e natureza (Box - Princípio da Vida).

#### Princípio da Vida

O princípio da vida está relacionado com a natureza e todas as suas formas de vida, ou seja, seu enfoque está no cuidado e no respeito pleno pela vida, de modo a buscar compreender, respeitar e valorizar a relação entre o conjunto dos seres vivos, seus processos vitais e evolutivos e a relação homem-natureza a partir do seu vínculo orgânico com as formas de produção e reprodução da vida (AGUIAR et al., 2016).

Deste modo, os processos educativos e formativos desenvolvidos com os agricultores familiares do SINTRAF-Serrinha, precisam ter base no(a):

- Respeito à vida;
- Valorização da diversidade, proteção e conservação da biodiversidade;
- Manejo ecológico dos agroecossistemas e tecnologias adequadas às necessidades e condições locais;
- Soberania alimentar, segurança alimentar, autonomia e sustentabilidade (ética, social, cultural, política, ideológica, econômica, ecológica e ambiental);
- Práxis endógena;
- Agricultura como elemento central da formação para o trabalho, orientada pelos princípios da agricultura camponesa;
- Referência produtiva orientada pelos saberes e conhecimento tradicionais, cultura popular e nas experiências vivenciadas pelas famílias;
- Processos formativos pautados, principalmente, na realidade local e territorial da produção e reprodução da vida;
- Formação técnica, organizativa e política baseada na agroecologia;

- Articulação entre natureza, trabalho e cultura com vista a formação humana;
- Promoção do fortalecimento da identidade camponesa.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Ribeiro et al. (2017) e Caldart (20017), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Conhecimento do marco histórico da agricultura, contextualizada a partir do território de identidade;
- Conhecimento da biodiversidade natural e cultural, das formas de manejo dos agroecossistemas e dos sistemas de produção de alimentos, principalmente no contexto da convivência com o semiárido;
- Reconhecimento dos sistemas alimentares que compõem o território e compreensão do conceito de segurança alimentar e soberania alimentar;
- Reconhecimento das formas de cooperação existente no território como pressuposto organizativo do trabalho e da produção e da agroecologia como matriz científica-tecnológica de produção;
- Reconhecimento das tecnologias sociais capazes de minimizar riscos e possibilitar a otimização dos recursos naturais e sociais, especialmente as tecnologias sociais de convivência com o semiárido;
- Compreensão dos problemas socioambientais e econômicos;
- Compreensão do manejo da diversidade enquanto manejo de vida ao entender e relacionar as dimensões ecológicas, socioculturais e econômicas;
- Compreensão das relações ecológicas, históricas e culturais entre sociedade e natureza, principalmente no contexto do território.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários é necessário desenvolver ações, como:

- Tomar as unidades de produção agrícola familiar como referência para estudo dos agroecossistemas;
- Realizar diagnóstico dos agroecossistemas e dos sistemas agroalimentares das unidades de produção das famílias (estabelecer comparativo com os ecossistemas naturais, com os sistemas alimentares do território e com os "impérios alimentares"; fazer o mapeamento das tecnologias ou técnicas que são/poderiam ser utilizadas);
- Promover a guarda, a reprodução e trocas (pode ser realizado por meio de feiras) de sementes crioulas e nativas.
- Construir hortas comunitárias medicinais, promovendo e incentivando o cultivo e a troca de plantas fitoterápicas, bem como o diálogo de saberes em torno da medicina popular.

Fonte: Produto Educacional (2022).

### 3.1.2 Princípio Educativo do Trabalho

O Princípio Educativo do Trabalho concebe os diversos espaços da produção da existência como meio de construção e socialização de diferentes tipos de conhecimentos. Entretanto, de acordo com Caldart (2015), ao firmar este princípio, faz-se necessário conceber o trabalho como uma atividade criadora e formadora da pessoa humana, ou seja, que constitui o ser social e histórico.

É através dos processos produtivos que os trabalhadores encontram os fundamentos do processo de autoeducação, auto-organização e, conseqüentemente, da emancipação humana. Mas é importante ressaltar que historicamente o trabalho não assume apenas o sentido concreto de atividade humana criadora, também apresenta um sentido negativo de trabalho assalariado e alienado disseminados pelas relações sociais capitalistas, porém, pode se configurar como atividade educativa nas duas situações ao considerar-se que a educação acontece na dialética entre a transformação

das situações e autotransformação que esse processo promove (CALDART, 2010b, 2015; NASCIMENTO SOBRINHO; SOUSA; SCALABRIN, 2019).

Nesta direção, como bem coloca Freire (2021b, p.27), torna-se indispensável a “reorganização do modo de produção e do envolvimento crítico dos trabalhadores numa forma distinta de educação, em que mais que ‘adestrados’ para produzir, sejam chamados para entender o próprio processo de trabalho”. Isso significa que o processo educativo dos trabalhadores exige o envolvimento do próprio trabalhador em todo o processo produtivo e social intrínseco, buscando entender não só como se produz e se transforma os recursos/fenômenos naturais, mas também reconhecer a riqueza social, a diversidade dos sujeitos e as contradições impostas para que tenham condições de se identificarem e se reconhecerem como classe trabalhadora. Nas palavras de Freire (2021b, p.41): “aprofundar e ampliar o horizonte da compreensão dos trabalhadores (trabalhadoras) com relação ao processo produtivo”.

Nesta vertente, busca-se por meio das diretrizes inerentes ao princípio educativo do trabalho (Box – Princípio Educativo do Trabalho), na perspectiva do trabalho enquanto práxis humana e social, construir conhecimentos que possibilitem o desvelamento da realidade e o desenvolvimento de uma práxis educativa e formativa que possa “formar agricultores capazes de compreender a totalidade das relações que compõe o sistema produtivo em que se inserem [...]” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO, 2015, p.68).

Para isso, toma como base o trabalho concreto dos agricultores familiares, a formação para a cooperação, a articulação entre trabalho manual e trabalho intelectual, articulação entre teoria e prática e a consciência sociopolítica enquanto fator de produção. Afinal, em conformidade com Freire (2021b), uma educação comprometida com a consciência revolucionária dos trabalhadores busca superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual e promover o engajamento crítico diante do trabalho produtivo através da consciência política dos indivíduos.

### 3.1.3 Princípio da Transformação Social

#### Princípio Educativo do Trabalho

O princípio educativo do trabalho incide no caráter educativo do próprio trabalho. Está relacionado com a auto-organização e autoeducação dos trabalhadores em meio aos processos produtivos, refere-se à aprendizagem vivenciada no trabalho social em que assume um determinado modo de produção da vida, promovendo a construção e apropriação do conhecimento inerente à práxis produtiva (TITTON, 2017).

Para tanto, o trabalho é compreendido em seu sentido ontológico, é a forma pela qual o ser humano constrói a sua existência. É uma ação intencional e com certo grau de racionalidade que se configura, conforme apresenta Antunes (2009), na base ontológica da práxis social. Por meio do trabalho o homem se constitui e se relaciona com o outro, produzindo as condições materiais e imateriais da vida.

Tendo em vista que o trabalho ao mesmo tempo que é práxis humana é o próprio objeto de estudo da proposta educativa do SINTRAF-Serrinha, inerente às questões do campo, os processos educativos e formativos desenvolvidos em meio ao trabalho na Agricultura familiar no contexto sociopolítico do SINTRAF precisam ter base no(a):

- Valorização do vínculo com a terra e das experiências concretas da agricultura familiar;
- Trabalho como forma de produção material (alimento/recursos naturais e tecnológicos) e imaterial da vida (educação/conhecimento/identidade cultural/resistência);
- Trabalho desenvolvido para a família e pela família e/ou coletivo social com base no respeito, na autonomia, solidariedade, cooperação, reciprocidade, co-produção e auto-organização;
- Respeito à natureza e ao ciclo natural de produção;
- Promoção e socialização dos diferentes tipos de saberes e experiências;
- Envolvimento em todas as etapas do processo de trabalho, promovendo a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, a articulação entre teoria e prática e a construção do conhecimento a partir da realidade local e territorial;
- Articulação dos diferentes tipos de conhecimento (tradicional, popular, científico e tecnológico);
- Perspectiva formativa politécnica.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e as contribuições teóricas de Ribeiro et al. (2017) e MST (2005), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Reconhecimento da riqueza social e da diversidade dos sujeitos e formas de atividades que garantem a satisfação das necessidades humanas: reconhecimento da complexidade dos diferentes grupos sociais; compreensão do valor do trabalho enquanto práxis humana e gerador de riquezas;
- Diferenciação das relações sociais de exploração das relações igualitárias constituída através dos processos de trabalho: compreender as contradições sociais, entendendo como se produz e se transforma os fenômenos naturais, a relação homem-natureza e a relação do homem com o próprio homem; diferenciar as formas de produzir da agricultura familiar das formas de produção do agronegócio;
- Conhecimento dos sistemas agrários, principalmente as especificidades dos sistemas regionais e territoriais: conhecer as formas de organização e funcionamento dos ecossistemas cultivados e da composição e organização do sistema social produtivo; domínio teórico e prático da organização do trabalho e da produção; conhecimento sobre cooperação, gestão/autogestão e comercialização;
- Conhecimento de todo o processo de trabalho e dos elementos que serão utilizados, ou seja, da atividade da agricultura familiar em sua totalidade: conhecer o ciclo produtivo, desde a planejamento prévio até a materialização; reconhecer o tempo de descanso do solo objetivando deixá-lo fértil para garantir o bom desenvolvimento das culturas cultivadas, bem como o tempo de cultivo e o período predominante de cada atividade.

Fonte: Produto Educacional, 2022

O Princípio da Transformação Social dialoga com a diversidade, sobretudo pauta-se na questão da identidade de classe e na construção de relações sociais justa e solidária (AGUIAR et al., 2016; MST, 2005). Assume um sentido político, social e ético que implique em autonomia e em ações de autogestão e auto-organização dos sujeitos sociais do campo.

Para tanto, é necessário criar espaços educativos nos quais os estudantes atuem. O compromisso da ação concreta da transformação social requer uma práxis pedagógica emancipatória, capaz de realizar a “denúncia e o anúncio do mundo”, que “estimulam a problematização da realidade, o direito à fala, ao planejamento e à definição de projetos e ações pelas camadas populares” (ZANELLI; BARBOSA; CARDOSO, 2021, p.489).

Nesse sentido, as diretrizes apregoadas dão ênfase aos processos de construção de autonomia “socioecológica”; a atuação com base nos princípios de economia solidária popular, fundamentada na cooperação, na reciprocidade e nos valores das culturas locais; o assessoramento

técnico continuado com base na comunicação e nas questões agroecológicas; a organicidade e formação político-ideológica.

Referenciadas nos processos de auto-organização e na compreensão que os estudantes não estão apenas se preparando para a vida, mas vivendo à vida, o propósito das diretrizes é possibilitar que os sujeitos envolvidos desenvolvam condições de trabalhar coletivamente de modo a encontrar seu lugar no trabalho coletivo, tenham condições de assumir organizadamente cada tarefa e apresentem criatividade organizativa (PISTRAK, 2018), além de estimular o cultivo da identidade e da consciência de classe.

A práxis formativa vai, pois, no contraponto à ação “antidialógica” (FREIRE, 2021a), características básicas da “dinâmica de reprodução da sociedade capitalista” (ZANELLI; BARBOSA; CARDOSO, 2021, p.491). Trata-se de referências formativas que estabelecem com a prática pedagógica e com a prática sindical uma relação que lhe é intrínseca, permitindo um encontro com os processos históricos de luta e resistência, onde todos possam participar e (re)construir a sua própria história (Box - Princípio da Transformação Social).

#### **Princípio da Transformação Social**

Freire (2021) concebe a educação como um ato político e transformador, fundamentada no diálogo e no respeito. Nesse sentido, compreende-se que todo processo educativo orientado pelo princípio da transformação social se constitui em uma “ferramenta de conscientização e libertação das estruturas ideológicas de dominação que sustentam a sociedade hegemônica, para formar profissionais críticos/as e criativos/as, com capacidade para compreender e atuar com autonomia [...]” (AGUIAR et al.; 2016, p.12).

Assim, o ponto de partida e de chegada é a auto-organização produtiva e sociopolítica dos trabalhadores. Seguindo nessa direção os processos educativos e formativos desenvolvidos no contexto sociopolítico do SINTRAF-Serrinha precisam ter base no(a):

- Formação vinculada às práticas sociais e políticas, ou seja, referenciada nos processos organizativos do sindicato;
- Processos de aprendizagem participativos que contribuam para a compreensão histórica e conjuntural das relações políticas, sociais e de trabalho do território;
- Práticas educativas que promovam a autonomia, o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos do campo;
- Práticas educativas que contribuam para a afirmação da sua capacidade organizativa e para a reafirmação dos princípios da autogestão, gestão cooperativa e democrática.
- Assessoramento técnico continuado com base na comunicação, ou seja, planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da ATER realizada de forma dialógica e participativa.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e as contribuições teóricas de Caporal (2003), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da organização devem envolver:

- Apropriação das questões e demandas do campo, principalmente no contexto do território;
- Conhecimento dos fundamentos e estratégias da economia solidária, cooperativismo e da gestão cooperativa e democrática;
- Conhecimentos dos direitos políticos e sociais dos agricultores familiares;
- Conhecimento das políticas públicas direcionadas para o campo e para o jovem do campo e seus mecanismos de acesso;
- Conhecimento dos mercados institucionais e suas diversas modalidades;
- Reconhecimento do jovem como sujeito político;
- Reconhecimento do papel social da ATER;
- Reconhecimento das tecnologias da produção compatíveis com as necessidades dos agricultores e com as condições ambientais, econômicas e sociais;

- Reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria política e social;
- Conhecimento do marco histórico do sindicalismo, reconhecendo o papel social do SINTRAF no território.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários é necessário desenvolver ações, como:

- Realizar análise política conjuntural do território;
- Planejar e desenvolver tecnologias sociais compatíveis com as condições ambientais local e territorial;
- Promover a participação articulada dos estagiários nas assembleias, reuniões, mobilizações, fóruns de debates, comissões e conselhos relacionados à agricultura familiar, implementação de políticas públicas ou desenvolvimento de tecnologias sociais, entre outras temáticas e ações de incidência política.

Promover espaços de diálogos com as redes colaborativas para fortalecer e ampliar a compreensão das lutas e dos processos locais e territoriais convergentes;

- Criar espaço de formação em gestão e planejamento de tecnologias sociais, autogestão, economia solidária e cooperativismo;
- Promover ou fortalecer o coletivo de jovens do sindicato;
- Promover formação sindical continuada, possibilitando uma participação ativa e direta nas lutas do próprio movimento;

**Fonte:** Produto Educacional, 2022.

### 3.1.4 Princípio da Dialogicidade

O Princípio da dialogicidade requer a participação de todos os sujeitos nos processos educativos, o que se dá por meio da comunicação e da busca de conscientização mediada pelo diálogo-problematizador e que implica na percepção crítica, interpretação e reelaboração da realidade, possibilitando o (auto)reconhecimento enquanto sujeitos do conhecimento e da transformação (FREIRE, 2021a).

A base referencial desse princípio e suas respectivas diretrizes é a Educação Popular na perspectiva freireana. Pressupõem processos educativos que priorizam os saberes desenvolvidos através de trocas de experiências e da construção e compartilhamento do conhecimento

em meio a convivência com o outro (TRADIN; TRAVASSOS, 2021). Em outros termos, incide na construção de relações horizontais que se constituem na práxis produtiva e sociopolítica dos seus sujeitos (Box – Princípio da Dialogicidade).

Para tanto, é necessário “pensar e desenvolver processos pedagógicos e educativos alicerçados nas metodologias participativas [...]” (SANTOS; MUTIM; SOUZA, 2021, p.137). Como exemplo desse tipo de metodologia pode-se destacar as Caravanas Agroecológicas que se apresentam como uma importante estratégia de reconhecimento e diálogo com a expressividade do território. Através das caravanas é possível aprender “na diversidade, pela forma como o outro ‘lê’ o mundo, a partir das experiências de resistências identificadas, ao ouvir as populações sobre sua relação com seus territórios” (ZANELLI; BARBOSA; CARDOSO, 2021, p.496).

#### Princípio da Dialogicidade

O diálogo é a base da proposta educativa de Paulo Freire, o elemento central dos processos de formação humana. Nas palavras do autor, “a educação é comunicação é diálogo, [...] um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p.27).

Nesta perspectiva, a premissa dialógica de Freire conduz à problematização da realidade social, onde os sujeitos na interação com o outro vão fazendo uma leitura e releitura do mundo e nesse movimento vão tomando consciência dos processos de dominação e exploração aos quais estão imersos, de modo a intervir e garantir a transformação.

Para garantir a efetivação desse princípio, os processos educativos e formativos desenvolvidos no contexto sociopolítico do SINTRAF precisam ter base no(a):

- Princípios e fundamentos da Educação Popular;
- Estratégias metodológicas participativas como referências para a construção do conhecimento;
- Diálogo de saberes, garantindo o reconhecimento e validação dos saberes e da cultura dos trabalhadores e trabalhadoras do campo a partir das vivências, da unidade teoria e prática, socialização do conhecimento e troca de experiências;
- Formação contextualizada no tempo/espaço, de modo a integrar a complexidade do espaço de vida;
- Diálogo problematizador da realidade a partir de uma leitura crítica e de uma abordagem interdisciplinar, sistêmica e holística.
- Diálogo com os diversos espaços organizativos do campo e da cidade;

- Formação de redes de aprendizagem orientada pela escuta sensível, autonomia e horizontalidade;
- Práticas educativas que promovam o fortalecimento dos processos de auto-organização e gestão coletiva dos trabalhadores, principalmente dos agricultores familiares;

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Santos, Mutim e Souza (2021) os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Conhecimento do território de vida dos agricultores familiares, diferenciando os territórios de resistências dos territórios de dominação;
- Conhecimento do modo de desenvolver a agricultura familiar, reconhecendo as suas especificidades (tradições culturais, as formas de se relacionar das famílias e da comunidade, conhecimentos intrínsecos, místicas, etc.);
- Apreensão da realidade concreta (vivido, percebido) de modo a descrever, explicar e sistematizar os saberes/conhecimento a partir do encontro entre ação, reflexão e transformação;
- Compreensão crítica dos processos de produção em que estão inseridos, possibilitando apropriação da produção material e simbólica da vida;
- Reconhecimento dos desafios e potencialidade da ação coletiva, compreendendo o potencial transformador dos processos e práticas colaborativas e comunicativas.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários é necessário desenvolver ações, como:

- Realizar diagnóstico rural participativo, possibilitando uma análise conjuntural dialógica, bem como o planejamento coletivo de ações ou elaboração de projetos de intervenção;
- Promover rodas de conversas, possibilitando integração e articulação dos estagiários com os agricultores, comunidade e instituições locais e territoriais;
- Realizar Feiras Solidária/da Agricultura Familiar e oficinas temáticas;
- Organizar Caravanas da Agricultura Familiar;
- Socializar as experiências através de encontros, seminários e/ou mídias sociais, entre outros espaços - essas ações envolvem elaboração e produção de panfletos, cards, painéis, cartilhas, maquetes, vídeos, documentários, relatórios/relatos de experiência, etc.;
- Construir mística por meio de símbolos que possam fortalecer os sentidos e significados das experiências vivenciadas e a identidade do movimento;
- Propor a escrita de cartas pedagógicas como instrumento de avaliação do percurso formativo e/ou registro das experiências vivenciadas;

Promover encontros com os estagiários egressos para dialogar e refletir acerca das relações sociais que se estabelecem no mundo do trabalho e também como mecanismo de aproximação.

Fonte: Produto Educacional, 2022

Em síntese, é possível reafirmar que essas formulações dialogam com as possibilidades apontadas por Souza, Santos e Mutim (2021) em relação aos processos educativos da Educação Profissional delineado por meio da práxis territorial “coletiva”, “dialógica”, “interdisciplinares” e “potencializadora da formação humana” com destaque para o/a: “fortalecimento da relação entre os estudantes da educação profissional e as comunidades, grupos produtivos de agricultores”; a promoção de uma “formação política de técnicos capazes de compreenderem as experiências de resistências com os sujeitos” sociais do campo, em especial os agricultores familiares; fortalecimento do vínculo entre os espaços de Educação Profissional formal e “os territórios de resistências”, sob uma ótica “comunicativa, de ensino, de aprendizagem, de trocas de saberes, problematizadora” (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p.231).

#### 4 Conclusão

A sistematização da experiência com a oferta e desenvolvimento de estágio na área de Ciências Agrárias no SINTRAF-Serrinha possibilitou problematizar e refletir criticamente acerca da experiência vivenciada e da concepção de educação defendida pelo grupo, resultando na formulação dos princípios e diretrizes do estágio na organização sindical.

Entende-se que sem a compreensão crítica da própria história e das lutas compartilhadas pelo movimento social é impossível repensar a prática educativa, pois isso implica um processo dialético, de escolhas, rupturas, contradições, descobertas e superações que permite reconhecer a natureza sociopolítica desse processo educativo de modo a reconstruir coletivamente as referências que orientam o “que fazer” formativo. Para além disso, o distanciamento ou fortalecimento

dos pressupostos formativos que traduzem as lutas dos movimentos sociais do campo depende da capacidade de a organização refletir criticamente sobre sua prática, sistematizar seus princípios e fundamentos formativos-educativos e tê-los como horizonte para a prática social e educativa com os agricultores e estagiários.

Portanto, o conjunto desses princípios e diretrizes exprimem o ideário de educação e a práxis formativa da organização. Além disso, reafirmam o compromisso da organização com o desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica (EPT) no Município e no Território. Por ser um instrumento que busca (re)significar o processo formativo de estágio na área de Ciências Agrárias, se configura como uma ação importante para a construção de um projeto formativo do trabalhador e trabalhadora do campo no SINTRAF-Serrinha.

## Referências

- AGUIAR, M.V.A. et al. Princípios e diretrizes da educação em agroecologia. *Cad. Agroecol.*, v.11, n.1, p.1-15 2016.
- CALDART, R.S. Educação Profissional na perspectiva da educação do campo. In: CALDART, R.S. Caminhos para transformação da escola 1: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010a. p.229-241.
- CALDART, R.S. O MST e a escola: concepção de educação e matriz formativa. In: CALDART, R.S. Caminhos para transformação da escola 1: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010b. p.64-83.
- CALDART, R.S. Caminhos para transformação da escola. In: CALDART, R.S.; STEDILE, M.E.; DAROS, D. Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escola do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p.115-138.
- CALDART, R.S. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. In: CALDART, R.S. Caminhos para transformação da escola 4: trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p.115-160.
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.
- FREIRE, P. Carta à Guiné-Bissau: registro de uma experiência em processo. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.
- GREGORIO, P.S.M.; BIANCONI, G.V. A educação do campo na América Latina: um estudo histórico. *Rev. Bras. Educ. Campo*, v.8, p.1-24, 2023. doi: <https://doi.org/10.20873/uftrbec.e14618>.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007. p.79-108.
- JARA-HOLLIDAY, O. Para sistematizar experiência. Brasília: MMA, 2006.
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO. I Seminário com as Escolas de Inserção dos Estudantes. In: CALDART, R. S. (org.) Caminhos para transformação da escola 1: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.13-22.
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO. Seminário: formação para o trabalho nos assentamentos 20 anos do Curso Técnico em Cooperativas (TAC). In: CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. (org.) Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escola do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p.59-72.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Princípios da educação no MST. Dossiê MST Escola - Documentos e estudos 1990 – 2001. In: Cadernos de Educação n. 13. Veranópolis: ITERRA, 2005. p.159-179.
- NASCIMENTO SOBRINHO, S.T.; SOUSA, R.P, SCALABRIN, R. Trabalho e Educação Profissional: reflexões em torno do curso em agropecuária do Instituto Federal do Pará – Campus Marabá Rural. *Trab. Educ.*, v.28, n.2, p.159-175, 2019. doi: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2019.9762>.
- PASQUALLI, R.; VIEIRA, J.A.; CASTAMAN, A.S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. *Educitec*, v.4, n.7, p.106-120, 2018. doi: <https://doi.org/10.31417/educitec.v4i07.302>.
- PISTRAK, M.M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- PLOEG, D.V. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- RIBEIRO, D.S. et al. Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- SANTOS, A.O.C.; MUTIM, A.L.B.; SOUZA, H.F. Do ensino agrícola à Educação Profissional do Campo? Notas de caminhos percorridos e territorialidades de resistências. In: SOUZA, H.F.; MUTIM, A.L.B.; SANTOS, A.O.C. Educação profissional, territórios e resistências: diálogos com Paulo Freire. Recife: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2021. p.110-140
- SOUZA, R.P. et al. Educação em agroecologia. In: DIAS, A.P. et al. Dicionário de Educação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p.361-367.
- SOUZA, H.F.; SANTOS, A.O.C.; MUTIM, A.L.B. Educação profissional, territórios e resistências: contribuições do pensamento de Paulo Freire. In: SOUZA, H.F.; MUTIM, A.L.B.; SANTOS, A.O.C. Educação profissional, territórios e resistências: diálogos com Paulo Freire. Recife: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2021. p.211-236.
- TAFURI, D.M; GONÇALVES JUNIOR, L. Condição Camponesa no Brasil: a prática da luta pela Terra como processo educativo. *Rev. Ens. Educ. Ciênc. Hum.*, v.23, n.2, p.279-287, 2022. doi: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2022v23n2p%25p>.
- TARDIN, J.M.; TRAVASSOS, R. Educação Popular em Agroecologia. In: DIAS, A.P. et al. Dicionário de Educação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p.375-383.
- ZANELLI, F.V.; BARBOSA, W.A.; CARDOSO, I.M. Metodologias Emancipatórias. In: DIAS, A. P. et al. (org.) Dicionário de Educação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p.489-497.
- WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, M.N.B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.155-183.